que possibilita uma fácil transgressão das fronteiras disciplinares, pois uma mesma tipologia (sistema aberto, sistema fechado, sistema de equilíbrio, sistema homeostático, sistema adaptativo, etc.) é aplicável a múltiplos objectos teóricos, com a única condição de estes serem dotados de *organização* (propriedade fundamental da categoria de sistema).

Para além de tudo isto, acresce que a teoria geral dos sistemas permite incorporar no discurso científico a qualidade operacional dos modelos cibernéticos e da teoria da comunicação (conjuntos organizados com *input* e *output*), o que a constitui como um passo teórico fundamental para a compreensão dos processos de decisão.

Todos estes pontos são analisados nesta colectânea sob o ponto de vista específico das ciências sociais (pois esse era o tema central da reunião), o que torna ainda mais recomendável a sua leitura, muito embora se deva acrescentar que não são textos elementares ou didácticos mas sim análises já relativamente elaboradas, ainda que iniciais.

J. A. Aguiar

SOUSA, Manuel Joaquim — *O Sindicalismo em Portugal* — (3.ª edição prefaciada e anotada por Emídio Santana), «Cadernos Afrontamento». Ed. Emídio Santana, Porto, 1972.

Se uma certa maneira de viver o presente é frequentemente o instrumento com que se elabora um preságio, tantas vezes mítico, sobre o futuro, a verdade é que pelo mesmo mecanismo, também o passado se arrisca a ser objecto de mitos, ou deformações consideráveis. Sobretudo quando na cena política os repertórios mudaram e com eles os actores — referimo-nos à cena e não aos empresários, e falamos nos repertórios, mas não necessàriamente nos temas dramáticos.

A tragédia, a comédia ou o drama da estabilidade, ou do sábio conformismo perante a vontade dos Deuses, passa demasiadas vezes em frente dos nossos olhos para que não a retenhamos, e quer a peça, melhor ou pior ajudada pela encenação, glorifique Zeus, quer enalteça Prometeu, e o fogo rubro onde a sua sombra se projecta, somos levados a pensar que nada há de novo debaixo do sol, pelo menos desde que esse sol e aquele fogo nos foram outorgados. E como desde há muito o papel do encenador é primordial, também essa concepção de teatro nos parece a única praticável.

É neste contexto que nos aparece o sindicalismo em Portugal, mas não aquele que este caderno «Afrontamento» nos apresenta.

Manuel Joaquim de SOUSA, o autor, manufactor de calçado portuense que possuía apenas a 2.ª classe da instrução primária, foi secretário-geral da C.G.T. (Confederação Geral do Trabalho) portuguesa, datando a 2.ª edição deste livro de há 31 anos (1931). Conta-nos, por exemplo, que em 1925, o I Congresso Confederal, contou com a representação de 113 sindicatos e com a adesão, sem representação, de mais 22.

O movimento sindicalista, de tendência libertária, possuía um jornal diário, *A Batalha*, e uma vasta repercussão não só entre os operários, como nos meios rurais. Estes dados, entre inúmeros outros, que a muitos parecerão surpreendentes, são acompanhados de uma explicação da origem, repercussão e condicionamentos a que esteve sujeito o movimento, bem como das atitudes por ele tomadas face aos diversos acontecimentos. Queremos salientar as consequências do Congresso de Haia de 1872, (em que o operariado português foi representado por Paul LAFARGUE, genro de MARX) no movimento operário português; a acção do Partido Republicano no meio operário; a passagem da hegemonia do socialismo reformista para a do anarco-sindicalismo a partir de 1909-1911; a formação da U.O.N. e, depois, da C.G.T., as relações internacionais com a C.N.T. espanhola, e com as Internacionais; as relações com o Partido Socialista e com as organizações pró-soviéticas (Federação Maxionalista, I.S.V., Partido Comunista); a rejeição da proposta de «frente única», em 1925, feita pelo I.S.V. perante a ameaça de golpe de estado militar; a posição perante a Ditadura Nacional (a este respeito, bem como noutros pontos, parece-nos que as notas de Emídio SANTANA são preciosas).

Julgamos que a importância documental desta obra é considerável, quaisquer, aliás, que possam ser as

atitudes do leitor perante o anarco-sindicalismo. E por fim diga-se que os documentos e o material doutrinário contidos neste livro, encerram, ainda que porventura apenas em «estado prático», elementos que não nos parecem favorecer certos juízos, como aquele que no livro é atribuido a V. de Magalhães VILHENA, segundo o qual o sindicalismo revolucionário padeceria de «primitivismo ideológico». Existe uma coerência ideológica nas posições assumidas pelo autor, coerência que não implica, aliás, subordinação aos «clássicos», como o demonstra, por exemplo, a rejeição do (intelectual) anti-intelectualismo de Sorel, ou do seu princípio de auto-suficiência do sindicalismo. Já para não falar na não existência de qualquer mística milenária da violência, ou do papel criador da «negatividade» (tão caros a esses «clássicos» como Sorel, Bakounine, etc.).

Sérgio Lopes

SAMUELSON, Paul, dir. — *L' Avenir des Relations Économiques Internationales* — Calmann-Lévy, Paris 1971, 366 pp.

Esta obra colectiva preparada por Paul SAMUELSON, prémio Nobel de economia, com prefácio e bibliografia selecionada por Robert MOSSÉ, reune nove contributos principais aos quais se juntam as análises críticas de que aqueles foram objecto quando da realização do congresso de Montréal (1968), organizado pela Associação Internacional das Ciências Económicas. São-nos apresentados, desta forma, de uma maneira detalhada, múltiplos aspectos do pensamento ocidental contemporâneo acerca da teoria do comércio internacional quando relacionada, em particular, com quatro dos problemas maiores do nosso tempo: o subdesenvolvimento, as relações Este-Oeste, a criação de grandes espaços económicos e a reforma do sistema monetário internacional.

P. SAMUELSON trata, de uma maneira assaz original, do trajecto percorrido pela teoria do comércio internacional principalmente nos últimos trinta anos; H. MYINT consagra o seu estudo ao comércio dos países em vias de desenvolvimento; H. G. JOHNSON estuda as tendências mais recentes daquela teoria; G. OHLIN e A. MARCHAL apresentam, o primeiro algumas das particularidades de um mundo sem «laissez-faire» e, o segundo, dá uma visão de conjunto das vantagens que resultaram para os países membros de se terem constituído no Mercado Comum (CEE); e, enquanto T. S. KHACHATUROV, A. NOVE e I. VAJDA pretendem dar conta daquilo que julgam ser as possíveis linhas nas relações futuras entre o Este e o Oeste, T. SCITOVSKY analisa as dificuldades crescentes da liquidez internacional que exige a reforma imediata dos mecanismos de reajustamento que, como se sabe, se têm mostrado impotentes, nos últimos anos para enfrentar e resolver as sucessivas crises do sistema capitalista mundial.

De entre a vastidão de problemas que são tratados nesta obra alguns há que assumem particular importância. Por exemplo a quem estiver interessado em saber a que papel parece pretender-se remeter os chamados países subdesenvolvidos, basta que se esteja atento à forma como se apoiam os investimentos directos estrangeiros no mundo que «(...) chamam novos factores produtivos, que introduzem técnicas avançadas e fomentam o progresso do saber (...)», e não se perca de vista que a tentativa de «integrar» esses países no contexto capitalista internacional prevê formas de «ajuda» que ultrapassando já os esquemas tradicionais apontam para soluções que visam a criação e utilização de um «serviço social mundial» que tenha por função reduzir as grandes disparidades económicas entre países. No que se refere ao importante problema da crise do sistema monetário internacional, SCITOVSKY, depois de propôr um sistema de reservas com carácter universal (onde a totalidade das nações deteria um mesmo tipo de reserva), situa-o dentro de pressupostos metodológicos de bastante actualidade, opondo-lhe de seguida algumas objecções, para constatar que, a nível internacional, as autoridades monetárias nem sempre conseguem ultrapassar o obstáculo dos seus interesses tendendo a actuar desarticuladamente. Aliás, quando da realização do debate neste campo, verificou-se que enquanto os representantes que exerciam cargos oficiais defendiam um sistema rígido de razões de troca, os teóricos recomendavam